

Eletrobrás unificará gestão de federalizadas

Daniel Rittner
Brasília

O governo deverá unificar a administração das sete distribuidoras de energia federalizadas sob responsabilidade da Eletrobrás, como forma de reverter o prejuízo bilionário dessas empresas, distribuídas por seis Estados. A intenção da "nova" Eletrobrás é fazer um "tratamento de choque" para sanear essas empresas, com uma gestão centralizada e mais técnica. Hoje, na avaliação de autoridades do setor elétrico, o gerenciamento das federalizadas é ruim e há excesso de pressões políticas no dia-a-dia das companhias. A tendência é que compras de bens e serviços sejam conjuntas e uma diretoria da Eletrobrás passe a responder pela administração de todas as federalizadas, com ganhos de escala e para atividades de fiscalização. Superintendências regionais, com papel bem mais limitado, poderão substituir as antigas diretorias de cada distribuidora.

Já nas próximas semanas, a Manaus Energia (responsável pela distribuição de energia elétrica na capital amazonense) e a Ceam (no interior do Estado) se tornarão uma só empresa: a nova Amazonas Energia. Há outras cinco empresas federalizadas: Ceron (Rondônia), Eletroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Cepisa (Piauí) e Boa Vista Energia (Roraima). A maioria foi para a gestão da Eletrobrás em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de serem posteriormente privatizadas. Em 2007, o prejuízo das federalizadas foi de R\$ 443 milhões. Só a Eletroacre fechou o ano no azul.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, reconheceu que o prejuízo das federalizadas preocupa o governo e apontou a necessidade de melhorar a administração das empresas. "A preocupação não é pequena", descreveu Lobão. No momento, de acordo com o ministro, não há qualquer intenção de privatizá-las. "Não cogitei a idéia da privatização, mas não quero descartar nenhuma solução", acrescentou.

O conselho da Eletrobrás se reúne, na quarta-feira, pela primeira vez desde que o Senado aprovou a medida provisória que fortalece seus poderes, permitindo-a atuar em outros países e liderar consórcios com o setor privado para investimentos em geração e transmissão. Nesta semana, será aprovado o balanço financeiro de 2007 e começarão a ser discutidas as diretrizes para a "superestatal", que deverão sair em uns dois meses.

O governo também estuda uma emissão de ações da estatal, que hoje já tem cerca de 35% do capital negociado em bolsa de valores. Mas as discussões ainda são preliminares e não está claro se a operação será primária (emissão de novas ações) ou secundária (venda de papéis em poder do governo).

Lobão e o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, assinaram ontem os contratos de concessão de nove linhas de

transmissão leiloadas em novembro de 2007. Os novos empreendimentos, agrupados em sete lotes, foram arrematados por seis empresas brasileiras e uma espanhola. As linhas somam 1.941 km de extensão e vão reforçar o sistema interligado nacional. Os investimentos chegarão a R\$ 1,15 bilhão. A construção das novas linhas beneficiará os Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins. Elas entrarão em operação entre 15 e 21 meses.

RITTNER, D. **Eletrobrás unificará gestão de federalizadas.** Valor Econômico, Empresas, Infra-estrutura, B6, 18/03/2008.